

UM DEBATE SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS

Láiza Roberta da Silva MENDES¹; Laura Jane França LACERDA¹; Victor Serrate CAPUCCE¹

1. Centro Universitário São Lucas

As cotas em si foram implantadas em 2012, a partir de um decreto de lei nº 12.711/2012, sendo uma política de extrema importância para as populações que persistiam em viver às margens da sociedade, não ocupando um lugar que por direito foi promulgado na Constituição Federal de 1988. Ademais, o presente trabalho tem o objetivo de realizar uma análise do histórico de desigualdades que os negros sofreram por diversos séculos, e também, explicitar os impactos das cotas raciais para essa população nas faculdades brasileiras. Objetivo do estudo: possibilitar uma discussão em torno das políticas de cotas raciais no ensino superior correlacionando com as teorias sociológicas. A metodologia do presente trabalho será um levantamento bibliográfico acerca dos impactos das cotas raciais no Brasil, com a utilização de artigos que tenham a mesma temática, coleta de dados do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa, e textos de sociologia, a partir de Pierre Bourdier e de Kabengele Munanga. Principalmente no Brasil, persiste a herança histórica de supremacia e submissão racial, fomentada pelo atrito entre o homem branco-detentor de todo o poder bélico e econômico- e o homem negro, que outrora foi subjugado como mercadoria de alto valor por aqueles. Todavia, apesar dos avanços legais, como a Lei Áurea, de 1888, e mais recentemente a Constituição Federal de 1988, vê-se que o sistema resiste em ter falhas, haja vista o não estabelecimento de medidas que pudessem transformar tal realidade, visando à integração do negro à sociedade, tendo ele como cidadão de fato e detentor de direitos. Diante de tal marginalização, Petrônio (2005) afirma que as ações afirmativas vieram com intuito de modificar esse panorama, possuindo um caráter democratizante, possibilitando educar, mobilizar politicamente a população negra e, além disso, põe em xeque a opressão racial vigente neste país durante diversos séculos. Assim, o Estado brasileiro, duramente pressionado pelo Movimento Negro promoveu mudanças legais que assegurassem certo grau de equidade entre as diferentes etnias, a exemplo do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10) e a própria Lei de Cotas Sociorraciais nas instituições públicas federais de Ensinos Médio e Superior (Lei 12.711/12). Esta última, baseada na Teoria do Habitus de Pierre Bourdieu veio para quebrar a linearidade de estruturas sociais ocasionam as desigualdades, com isso a população negra passa a gozar de novos meios para construir um novo presente para os seus iguais. Concomitante a isso, notam-se os impactos positivos e negativos a respeito das cotas raciais. De acordo com dados do IBGE, houve um aumento de taxa de matrículas de pessoas negras mais que quintuplicou de 2001 até 2014, sendo um ponto positivo das cotas raciais, que proporcionaram maior pluralidade e democratização do saber, ascensão social e o exercício da cidadania. Logo, é impossível ignorar as benesses dessa política nas universidades, pois eram lugares antes eram reservados apenas à elite. (PAIVA; ALMEIDA, 2010). Apesar de todo esse panorama, ainda há dificuldade do negro permanecer nas universidades, embora recursos do PNAD tenha quadruplicado o valor destinado ao programa entre os anos de início da cota, indo de R\$ 126,3 milhões para R\$ 603,8 milhões, entre 2008 e 2012, além da baixa escolaridade dessa população, segundo o IBGE 31,2% dos jovens entre 18 a 24 anos não concluíram nem o ensino médio, sendo um critério de autosseleção, pois com



isso dificulta ainda mais o acesso pelo ENEM, tanto nas universidades públicas e privadas, ou seja, até há o acesso, mas não é feito com equidade. Este problema é estrutural da educação brasileira, já que, para o sociólogo Kabengele Munanga, a pobreza e a classe social não constituem as únicas explicações do insucesso escolar do aluno negro, que apesar da geral exclusão de todos os alunos pobres, mesmo nas escolas mais periféricas e marginalizadas dos sistemas da rede pública, onde todos os alunos são pobres, quem leva a pior em termos de fracasso, repetência, abandono e evasão escolares é o aluno de ascendência negra. Por meio desses artigos e a utilização de referenciais sociológicos, a partir de Pierre Bourdieu e de Kabengela Munanga, foi possível discutir acerca do histórico que perpassou o indivíduo negro durante a história, sobre todo o racismo estrutural ainda vigente, mas não só isso, houve explanação de conquistas pelo movimento negro que possibilitaram a expansão da cidadania aos seus iguais, por intermédio das políticas de ações afirmativas. Por fim, houve um levantamento de impactos, tanto positivos quanto negativos destas na vida daquele que ainda é socialmente vulnerável.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade Social. Ações Afirmativas. Equidade.